



Simulado Final

ISS Fortaleza

Conhecimentos Gerais

Cargo: Auditor do Tesouro Municipal

Pós-Edital

Simulado

Simulado ISS Fortaleza - Auditor do Tesouro Municipal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS Fortaleza (Auditor do Tesoura Municipal);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-ISS-Fortaleza-Auditor-09-07>

01 - CE	21 - CE	41 - CE	61 - CE	81 - CE
02 - CE	22 - CE	42 - CE	62 - CE	82 - CE
03 - CE	23 - CE	43 - CE	63 - CE	83 - CE
04 - CE	24 - CE	44 - CE	64 - CE	84 - CE
05 - CE	25 - CE	45 - CE	65 - CE	85 - CE
06 - CE	26 - CE	46 - CE	66 - CE	86 - CE
07 - CE	27 - CE	47 - CE	67 - CE	87 - CE
08 - CE	28 - CE	48 - CE	68 - CE	88 - CE
09 - CE	29 - CE	49 - CE	69 - CE	89 - CE
10 - CE	30 - CE	50 - CE	70 - CE	90 - CE
11 - CE	31 - CE	51 - CE	71 - CE	91 - CE
12 - CE	32 - CE	52 - CE	72 - CE	92 - CE
13 - CE	33 - CE	53 - CE	73 - CE	93 - CE
14 - CE	34 - CE	54 - CE	74 - CE	94 - CE
15 - CE	35 - CE	55 - CE	75 - CE	95 - CE
16 - CE	36 - CE	56 - CE	76 - CE	96 - CE
17 - CE	37 - CE	57 - CE	77 - CE	97 - CE
18 - CE	38 - CE	58 - CE	78 - CE	98 - CE
19 - CE	39 - CE	59 - CE	79 - CE	99 - CE
20 - CE	40 - CE	60 - CE	80 - CE	100 - CE

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Elisabete Moreira

01. Acerca dos instrumentos de gestão de pessoas, julgue o item a seguir.

No que se refere ao processo de gestão de desempenho, o método que se utiliza de frases qualitativas e não de informações quantitativas, dificultando assim sua aplicação em decisões de avaliação, denomina-se incidentes críticos.

02. Acerca da gestão de pessoas, gestão por competências, julgue o item a seguir.

A área de recursos humanos fornece insumos para a gestão por competência organizacional, no entanto as definições quanto à estrutura organizacional independem da área de gestão de pessoas.

03. Acerca dos diversos tipos de estrutura organizacional, julgue o item a seguir.

A estrutura organizacional é composta de vários elementos que delineiam a escolha do melhor modelo a ser adotado pelas organizações para o alcance dos resultados. A linha de autoridade formal de uma organização que define a estrutura hierárquica de relações entre os membros ou unidades organizacionais é conhecida como amplitude de comando.

04. Acerca da gestão estratégica e do planejamento estratégico, avalie o item a seguir.

O ISS-Fortaleza está na fase de elaboração de seu planejamento estratégico e os responsáveis pela condução do trabalho estão reunindo os gerentes e servidores para discutir a visão e a missão do órgão que apresentam como características, respectivamente a declaração da posição almejada pelo órgão no futuro e o propósito e essência do órgão.

05. Acerca das ferramentas de gestão de qualidade, avalie a alternativa a seguir.

O gráfico de Ishikawa busca as melhores práticas aplicadas no setor, utilizando outras empresas como referencial.

06. Acerca das diversas teorias da administração, avalie a alternativa a seguir.

É característica da abordagem clássica da administração adotar a visão do todo.

07. Acerca dos estilos de liderança e motivação, julgue o item a seguir.

As teorias emergentes de liderança incluem diversos estilos, a exemplo do líder transformacional, que é reconhecido pelos seguidores como detentor de habilidades heroicas e extraordinárias, que estimulam o alcance das metas estabelecidas, permitindo a seus seguidores transcenderem seus interesses pessoais para o bem da organização.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Gabriela Zavadinack

08. O orçamento-programa apresenta metas, propósitos e objetivos para os para os quais os créditos se fazem necessários, custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho realizado dentro de cada programa.

09. A lei orçamentária anual, com base em seu anexo com a proporção dos recursos para investimentos para a continuidade daqueles em andamento, poderá prever despesas para exercício seguintes.

10. Recursos oriundos de emenda individual impositiva, repassados por meio de transferência especial ao Município de Fortaleza, independem de celebração de convênio ou de instrumento congênere e serão aplicados em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo municipal.

11. A abertura de um crédito especial ou extraordinário pode implicar a criação de uma nova ação com todos os seus atributos, ou no desdobramento de uma ação existente em novo subtítulo ou plano orçamentário, configurando, nos dois casos, alteração quantitativa da lei orçamentária anual.

12. Se um ente público possui créditos provenientes de impostos e taxas de ocupação, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, deverá inscrevê-los na dívida ativa tributária.

13. As receitas primárias referem-se, predominantemente, às receitas correntes que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos, da cota-parte das compensações financeiras e de juros de operações financeiras.

14. Se a despesa total com pessoal do Poder Executivo de Fortaleza exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Prefeito, o referido Poder ficará imediatamente vedado de receber transferências voluntárias, obter garantia de outro ente e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal, não se aplicando tal vedação aos demais Poderes e órgãos integrantes da esfera municipal.

AUDITORIA FISCAL

Tonyvan Carvalho

Considerando as normas vigentes de auditoria, julgue os itens a seguir.

15. A obtenção de evidência apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável é questão de ceticismo profissional do auditor.

16. É razoável que o auditor faça seu planejamento de auditoria mentalmente, se assim considerar suficiente, mantendo, no mínimo, um checklist dos pontos principais em arquivos digitais, a exemplo dos aplicativos de textos.

17. A materialidade está relacionada à ligação lógica existente entre a informação e a finalidade do procedimento de auditoria que está sendo utilizado.

Em relação aos procedimentos de auditoria previstos nas normas de auditoria vigentes, julgue o item subsequente.

18. Um exemplo de teste de controle é a ação do auditor destinada a confrontar as informações constantes das demonstrações contábeis com os registros contábeis que lhe oferecem suporte.

19. A recusa, por parte da administração, em fornecer determinada informação solicitada pelo auditor não constitui evidência de auditoria.

Acerca da Lei Complementar nº105/2001, julgue o item a seguir.

20. De acordo com a Lei Complementar nº 105/2001, as autoridades e os agentes fiscais tributários dos estados somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver prévia ou expressa autorização judicial concedida em processo judicial fundamentado.

Acerca dos testes em áreas específicas, julgue os itens subsequentes.

21. De acordo com as normas de auditoria e de forma prática, a evidência de auditoria é mais confiável quando é obtida de fontes independentes externas à entidade, no caso uma confirmação externa, conhecida também como carta de circularização. Esse procedimento de auditoria é fundamental para a confirmação de determinados saldos contábeis apresentados no balanço de uma entidade. Nesse caso, a confirmação externa ou a circularização, como procedimento de auditoria, é aplicável para a seguinte rubrica das demonstrações contábeis, verdadeiramente, as contingências tributárias.

22. Passivo Fictício corresponde a títulos de crédito decorrentes de compra a prazo já pagos, mas não baixados da contabilidade da sociedade devedora.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

No que se refere às demonstrações contábeis em conformidade com a Lei 6.404/76 e as normas do comitê de pronunciamento contábeis, julgue os itens a seguir

23. As obrigações cujo vencimento ocorram em prazo superior ao ciclo operacional devem ser classificadas no passivo não circulante.

Julgue os itens seguintes, relativos a atos e fatos administrativos.

24. Caso haja uma mudança de critério contábil em determinada empresa esse evento deverá ser evidenciado na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

25. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

Situação hipotética: O valor em uso de um imóvel de valor contábil líquido igual a R\$ 500 mil foi avaliado em R\$ 400 mil, e o valor justo desse mesmo imóvel, deduzido das despesas de venda, foi estimado em R\$ 470 mil.

Assertiva: O valor contábil desse imóvel deverá ser reduzido em R\$ 30 mil, por meio da contabilização da despesa correspondente ou, se for o caso, pela diminuição do saldo da reavaliação realizada.

26. O item a seguir, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os pronunciamentos do CPC.

A empresa SOBRAL, comprou mercadorias com objetivo de revenda, pagas 80% em dinheiro e o restante por meio de aceite de duplicatas. O valor total da nota fiscal é de R\$ 120.000,00, com a alíquota de IPI em 20% e ICMS destacado na nota fiscal com alíquota de 17%.

A empresa deverá contabilizar como custos das mercadorias um valor superior a R\$ 100.000,00.

Com referência à contabilização de ativos, julgue os itens seguinte à luz da legislação societária, dos princípios fundamentais da contabilidade e dos pronunciamentos contábeis do CPC.

27. A definição de ativo intangível requer que ele seja amortizável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura que é o Goodwill.

28. A subvenção governamental só pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido quando for gratuita, ou seja, quando não existirem contrapartidas obrigacionais.

29. Na demonstração dos fluxos de caixa, a aquisição de imobilizado via contrato de arrendamento mercantil é considerada uma operação que afeta as atividades de investimento.

Na demonstração dos fluxos de caixa, a aquisição de imobilizado via contrato de arrendamento mercantil é considerada uma operação que afeta as atividades de investimento.

30. Na ausência de um mercado ativo, o valor justo dos instrumentos financeiros é o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

31. Depreciação e energia elétrica podem ser classificadas como despesa ou como custo direto de fabricação.

32. Os custos primários são os custos que estão diretamente associados à produção.

33. Se o estoque final de produtos acabados for menor que o estoque inicial de produtos acabados, o custo dos produtos vendidos será menor que o custo de produção acabada.

34. Dados extraídos da contabilidade da companhia É LENHA S.A em 30.06.23:

- Matéria-prima comprada em julho:
R\$ 500,00
- Custos indiretos de fabricação em julho:
R\$ 600,00
- Estoque inicial de produtos em elaboração:
R\$ 800,00
- Custo da produção acabada:
R\$ 1.950,00
- Estoque final de produtos em elaboração:
R\$ 400,00

O valor da mão de obra direta no referido mês alcançou o valor de R\$ 450,00.

35. A empresa MAVIFOR apresenta os seguintes custos para a fabricação de seu produto X:

- Custo variável unitário: R\$ 5
- Custos fixos associados à produção de X: R\$ 400
- Preço unitário de venda de X: R\$ 9

Considerando o custeio variável, caso a companhia produza e venda 120 unidades de X, ela terá um lucro bruto de R\$ 800,00.

36. Considere que a Cia MAVIFOR fabricou, no exercício, 300 unidades, das quais vendeu, nesse mesmo período, 25 unidades, ao preço unitário R\$ 30. Considere também que:

Custos e despesas operacionais	R\$
Matéria-prima e outros materiais diretos	2.000
Mão de obra direta	2.200
Custos indiretos variáveis	600
Custos indiretos fixos	1.200
Despesas fixas de vendas	500
Despesas variáveis de vendas, por unidade	2

A margem de contribuição total das unidades vendidas é de R\$ 750.

37. A empresa MAVIFOR produz e vende um único produto. No mês de outubro, a MAVIFOR produziu e vendeu 100 unidades, tendo incorrido em custos e despesas totais no valor de R\$ 950,00. O preço unitário líquido de venda foi R\$ 10,00 e a margem de contribuição unitária correspondia a 20% deste valor. O Ponto de Equilíbrio Contábil do mês de outubro, em quantidade, foi de 75 unidades.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

38. Nos casos em que a deficiência mental inviabilizar a manifestação de vontade, a pessoa com deficiência será considerada absolutamente incapaz.

39. Para que se caracterize o vício de estado de perigo, apto à conduzir à anulabilidade do negócio jurídico, faz-se indispensável a presença do dolo de aproveitamento.

40. Nos contratos civis, a vulnerabilidade do contratante hipossuficiente é presumida, a não ser que circunstâncias concretas afastem a incidência de tal presunção.

41. É nula a doação da pessoa casada ao seu cúmplice no adultério, sendo a ação imprescritível.

42. A aquisição *a non domino* pode ganhar eficácia jurídica caso o adquirente esteja de boa-fé e o alienante vier a adquirir posteriormente a propriedade.

43. Considere a seguinte situação hipotética: João e Pedro são credores da importância de R\$ 10 mil. Nesse caso, é possível a João cobrar do devedor a integralidade do crédito, obrigando-se posteriormente a reembolsar a quota-parte de Pedro (R\$ 5 mil).

44. O pagamento efetuado por terceiro interessado importa sub-rogação nos direitos do credor.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

45. No que se refere ao instituto da desconconsideração da personalidade jurídica, considerando a teoria adotada pelo Código Civil, julgue o item abaixo.

O Juiz pode, a requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconSIDERAR a personalidade jurídica para efeitos de certas e determinadas relações de obrigações quando verificar abuso da personalidade, desvio de finalidade ou alteração da finalidade da atividade econômica desenvolvida pela empresa.

46. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, julgue a seguinte assertiva:

Considera-se microempresa, conforme regramento dado pela Lei Complementar nº 123/2006, dentre outros, o empresário que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

47. Conforme regramento dado pela Lei nº 8.934/1994 - *a qual dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins* -, analise:

Dentre as finalidades do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), incluem-se solucionar dúvidas ocorrentes na interpretação das leis, regulamentos e demais normas relacionadas com o registro de empresas mercantis, baixando instruções para esse fim.

48. Considerando o regramento disposto no Código Civil acerca da administração das sociedades limitadas, analise a assertiva que segue.

A renúncia de administrador torna-se eficaz, em relação à sociedade, após a averbação e publicação.

49. Acerca do nome empresarial, julgue:

A sociedade em comandita por ações não pode ter firma ou denominação, enquanto a sociedade em conta de participação pode adotar firma ou denominação.

50. No que se refere às sociedades simples, julgue o item abaixo.

O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

51. No que se refere às sociedades simples, julgue o item abaixo.

No silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade. A oneração ou a venda de bens imóveis depende do que a maioria dos sócios decidir, ainda que o objeto social consista em tais atividades.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Mauricio

52. A respeito dos Limites ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita aos mesmos princípios tributários que o tributo a que se refere.

53. A respeito dos Limites ao Poder de Tributar, no que se refere à Medida Provisória, julgue o item a seguir:

Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, salvo exceções previstas na Constituição Federal, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se tiver sido convertida em lei até o último dia do ano em que foi editada.

54. A respeito das Limitações ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

A imunidade veda a instituição de tributos reciprocamente entre os entes federados aos quais é atribuída constitucionalmente a competência para instituí-los.

55. A respeito do entendimento dos Tribunais Superiores sobre Competência para legislar sobre Direito Tributário, julgue o item a seguir:

É vedado aos Estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD na hipótese de o doador possuir domicílio ou residência no exterior, sem que exista a edição de lei complementar sobre o assunto, conforme previsão constitucional.

56. Sobre os conceitos de bitributação e *bis in idem*, julgue o item a seguir:

Ocorre bitributação quando o mesmo ente tributante edita leis distintas que estabelecem múltiplas exigências tributárias em razão do mesmo fato gerador.

57. Conforme entendimento dos Tribunais Superiores a respeito de Responsabilidade Tributária, julgue o item a seguir:

Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

58. Julgue o seguinte item, a respeito de obrigação tributária e crédito tributário:

Caso o contribuinte possua créditos inscritos em dívida ativa integralmente garantidos por penhora ou créditos com a exigibilidade suspensa, é permitido que lhe seja expedida certidão de regularidade fiscal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito do Poder Legislativo, julgue o item.

59. Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

60. O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

Acerca da ordem econômica, nos termos fixados no Título VII da Constituição Federal, julgue o item.

61. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

62. Após uma longa tempestade, a população de três municípios do estado Alfa foi afetada por inundações que provocaram queda de energia, falta de água potável e escassez de alimento. Muitas pessoas foram colocadas em abrigos públicos e tiveram que deixar as suas casas. Essa situação afetou a ordem pública e a paz social na região em que estão situados os municípios, porque a população, amedrontada, começou a saquear lojas, mercados e residências. Diante da situação, para restabelecer a ordem pública e a paz social, poderá o Presidente da República decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria relativa de seus membros, pelo prazo improrrogável de 30 dias.

63. O Estado XX pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal, é correto afirmar que a competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.

A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, julgue o item.

64. No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

A respeito do processo legislativo constitucional, julgue o item.

65. A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

66. A cerca dos princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

O dever-poder que a Administração Pública possui de fiscalizar os seus próprios atos, podendo anular os ilegais e revogar os inoportunos ou inconvenientes, em conformidade com as devidas precauções legais, resulta diretamente do princípio da segurança jurídica.

67. Em relação aos poderes da administração pública e atos administrativos, julgue o item a seguir.

Thomas ergueu, de maneira ilegal, um muro que se iniciou nos limites de sua propriedade e se estendeu até a calçada, ocupando uma parte do espaço público. Essa construção foi realizada de qualquer jeito, visto que Thomas não trabalhava com obras, dessa forma, representava um perigo iminente de desabamento, além de dificultar a passagem de pedestres.

A administração municipal, utilizando sua prerrogativa de direito público que, embasada na lei, permite-lhe restringir o uso e desfrute da propriedade privada em benefício do interesse coletivo, determinou a demolição da estrutura.

O poder da administração pública que fundamentou a demolição e o atributo do ato administrativo que impôs essa decisão, sem a necessidade de intervenção prévia do Poder Judiciário, são denominados, respectivamente, poder de polícia e autoexecutoriedade.

68. Sobre os atos administrativos, julgue o item a seguir.

Dentre os requisitos do ato administrativo, a competência representa a autoridade legal para realizar um determinado ato. Nesse contexto, uma característica intrínseca da competência administrativa é a sua irrenunciabilidade, embora o agente público possa delegá-la ou avocá-la, nos casos permitidos pela legislação.

69. Em relação à organização da administração pública, julgue o item a seguir.

A descentralização por colaboração acontece quando uma legislação específica cede a titularidade de um serviço público para uma entidade jurídica de direito público, sem que o cedente intervenha nas operações.

70. A respeito da lei n.º 9.784/1999, que trata sobre os processos administrativos, julgue o item a seguir.

O recurso administrativo poderá ser interposto por organizações e associações representativas, em relação a direitos e interesses coletivos, e por cidadãos ou associações, em relação a direitos ou interesses difusos.

71. No que tange à improbidade administrativa, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.429/1992.

A caracterização de um ato de improbidade contrário aos princípios da administração pública não requer comprovação de prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito por parte do agente.

72. Julgue o item a seguir conforme a lei de licitações n.º 14.133/2021.

Considerando a universalidade do procedimento licitatório, é facultado ao autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo concorrer em licitação ou participar da execução de contrato, de forma direta ou indireta, quando a licitação envolver obras, serviços ou fornecimento de bens relacionados a ele.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

Na Strategy Land, a probabilidade p de um professor engordar é igual a 0,25. Essa estimativa foi obtida com base em um levantamento por amostragem aleatória simples de 1.875 professores.

Sabendo que $P(Z < -2) = 0,025$, em que Z representa a distribuição normal padrão, julgue os itens que seguem, em relação a essa situação hipotética.

73. Em um grupo formado aleatoriamente por 5 professores, com reposição, estima-se que a probabilidade de que apenas um deles engorde, seja inferior a 40%.

74. Se X seguir uma distribuição binomial com parâmetros $n = 500$ e probabilidade de sucesso p , a estimativa da variância será superior a 100.

75. A estimativa intervalar de 95% de confiança do parâmetro populacional p possui amplitude inferior a 0,05.

Uma amostra aleatória de 9 valores de salários extraída de uma população, considerada normal e de tamanho infinito, apresentou uma média igual a R\$ 800,00 com um desvio padrão igual a R\$ 120,00. Os registros históricos indicam que a média dos salários da população é igual a R\$ 740,00. Deseja-se testar a hipótese, ao nível de significância

α , se o valor da média verificada na amostra difere do valor de R\$ 740,00. Seja H_0 a hipótese nula do teste ($\mu = 740$), H_1 a hipótese alternativa ($\mu \neq 740$) e $t_{\alpha/2} > 0$ o quantil da distribuição “t” de Student, no nível de significância α , para testes bicaudais com 8 graus de liberdade. Sabendo-se que H_0 foi rejeitada, julgue os itens seguintes:

76. o valor da variável do teste (t calculado) obtido através da amostra e necessário para comparação com $-t_{\alpha/2}$ e $t_{\alpha/2}$ é inferior a 2

77. Podemos inferir que $t_{\alpha/2} \leq 1,5$

78. A um nível de significância β , $\beta < \alpha$, H_0 não teria sido rejeitada

Em cada uma de três escolas, 10 professores foram selecionados aleatoriamente. Cada professor ministra uma determinada aula e anota-se o tempo que cada professor levou para ministrá-la. Deseja-se testar a hipótese de igualdade dos tempos médios, supondo que trabalham independentemente, a um determinado nível de significância. Pelo quadro de análise de variância, foi obtido o valor da estatística F (F calculado) igual a 4,5.

Dado que no respectivo quadro a soma dos quadrados total é igual a 864, julgue os itens seguintes:

79. A soma dos quadrados dentro dos grupos é inferior a 650

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Wagner Damazio

80. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

Caio, cidadão de Natal/RN, comprou de Tício, cidadão de Fortaleza/CE, o imóvel localizado na zona urbana de Fortaleza. A compra foi realizada em 2021 e o imóvel tinha débitos de IPTU de anos anteriores.

Em 2022, Caio vendeu o aludido imóvel para Mévio, cidadão de Recife/PE, sem pagar o IPTU do ano passado e o deste ano.

Pode-se afirmar que as dívidas do IPTU do imóvel em questão não poderão ser cobradas do Mévio, devendo ser cobradas exclusivamente de Tício e de Caio, respectivamente, por seus respectivos anos como titulares do imóvel na data do fato gerador.

81. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

É incorreto afirmar haver isenção do IPTU em Fortaleza para imóveis cujo uso seja destinado ao funcionamento de teatros, incluindo as partes componentes da estrutura física que identifica o teatro, com capacidade de público de até 300 (trezentas) pessoas e tenham acesso direto por logradouro público ou espaço semipúblico de circulação em galerias.

82. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso *inter vivos* – ITBI, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

A Administração Tributária de Fortaleza não concordou com o valor pago por Semprônio no resgate da enfiteuse como sendo a base de cálculo do ITBI. Nesse caso, então, a base de cálculo será de 5% do valor atribuído administrativamente à parcela territorial do imóvel, considerado o seu domínio pleno.

83. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso *inter vivos* – ITBI, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

Tício vendeu para Mévio um imóvel no valor de R\$ 500 mil financiado pelo SFH. Neste caso, pode-se afirmar que a alíquota do ITBI incidente sobre essa transmissão imobiliária será de:

- i) 0,5% sobre o valor efetivamente financiado, até o limite definido em lei (R\$ 200 mil era o valor limite histórico, devendo ser atualizado pelo IPCA-E); e
- ii) 2% sobre o valor não financiado e sobre a parte do valor que exceder o limite legal indicado no item “i”, se o ITBI for pago antes da lavratura do instrumento que servir de base ao registro da transmissão da propriedade; ou
- iii) 4% sobre o valor não financiado e sobre a parte do valor que exceder o limite legal indicado no item “i”, se o ITBI não for pago antes da lavratura do instrumento que servir de base ao registro da transmissão da propriedade.

84. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

Aimée, concurseira estudiosa, desafiou seus pais ao dizer que conseguiria responder qualquer questionamento deles acerca do ISS em Fortaleza.

Sua mãe, aceitando o desafio, afirmou que, do ponto de vista de obrigação acessória, todas as administradoras de cartões de crédito, débito ou similares estariam obrigadas a fornecer à Administração Tributária informações relativas às vendas realizadas pelos estabelecimentos credenciados, com sede no território do Município de Fortaleza.

De igual modo, seu pai, afirmou que as administradoras de benefícios e as demais pessoas jurídicas contratantes de operadora ou administradora de planos de saúde são obrigadas a informar a esta os dados das pessoas físicas beneficiárias tomadoras do serviço.

Aimée, então, afirmou categoricamente que tanto sua mãe quanto seu pai estavam corretos.

85. Analise a assertiva a seguir acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

O contribuinte do ISS optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), que atenda às condições legais para opção e permanência no regime, será tributado conforme as disposições específicas relativas ao ISS definidas no CTM de Fortaleza e nas demais normas locais, observando subsidiariamente ou por expressa disposição da norma local, as regras na legislação federal, especialmente as fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

86. Analise a assertiva a seguir de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores) e com o Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza – RCTM (Decreto nº 13.716, de 2015, com alterações posteriores).

Toda pessoa física, jurídica ou a esta equiparada, assim como os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, de quaisquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estabelecidas ou que venham se estabelecer em Fortaleza para o exercício de atividades de qualquer natureza são obrigados a inscreverem-se, previamente, no Cadastro de Produtores de Bens e Serviços do Município (CPBS), nos termos do regulamento, bem como são obrigadas a comunicarem qualquer alteração na inscrição ou o encerramento de suas atividades no Município, sem prejuízo quanto a obrigatoriedade de atenderem à convocação da Administração Tributária para recadastramento ou para prestar informações cadastrais complementares.

87. Analise a assertiva a seguir de acordo com o Código Tributário do Município de Fortaleza - CTM (Lei Complementar nº 159/2013, com alterações posteriores).

Heitor, sujeito passivo de obrigação acessória, deseja realizar consulta à Administração Tributária municipal de Fortaleza sobre situação concreta e determinada relacionada à interpretação da legislação tributária municipal.

O fato ao qual Heitor deseja consultar foi objeto de decisão judicial anteriormente proferida, mas cujo entendimento por parte da Administração, aparentemente, foi alterado por ato superveniente.

Neste caso, pode-se afirmar que Heitor poderá apresentar sua consulta e esta provavelmente será aceita, já que não se amolda a nenhum caso de não aceite legalmente qualificado.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

88. A administração financeira e orçamentária compreende a disciplina jurídica da atividade financeira do Estado, envolvendo receita, despesa, orçamento e crédito público, ao passo que o Direito Financeiro trata da disciplina jurídica apenas dos tributos (receitas tributárias: impostos, taxas e contribuições).

89. O orçamento cuja finalidade era ser um instrumento de controle político do Legislativo sobre o Executivo, sem preocupação com o planejamento, com a intervenção na economia ou com as necessidades da população era o Orçamento por Objeto.

90. No atual modelo de PPA vigente (2020-2023) a dimensão estratégica foi desdobrada em duas categorias - Diretrizes e Programas temáticos.

91. Os Programas estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional e as ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias.

92. Conforme o princípio da clareza, o planejamento e o orçamento devem basear-se a partir de elementos de fácil compreensão.

93. Processo orçamentário é a estrutura composta pelas organizações, recursos humanos, informações, tecnologia, regras e procedimentos, necessários ao cumprimento das funções definidas no processo orçamentário.

Em relação à execução orçamentária, receitas públicas e despesas públicas, julgue os itens a seguir à luz do que dispõe o atual ordenamento jurídico e normas técnicas em matéria orçamentária e financeira.

94. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CAT (LC 305/21)

Wagner Damazio

95. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso

Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021.

No caso de ainda não ter sido fixada a alçada para cabimento de remessa necessária por ato do Secretário Municipal de Finanças, a Lei Complementar nº 305, de 2021, estabeleceu que essa alçada seria de R\$ 5 mil.

Dessa forma, repise-se, não havendo ato próprio do Secretário de Finanças, não será objeto de remessa necessária a decisão que determinar a restituição, a compensação, a redução ou o cancelamento de crédito tributário, quando o valor do montante a ser restituído, compensado, reduzido ou cancelado for inferior ao valor de R\$ 5 mil.

96. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021.

A partir de 1º de março de 2023, os mandatos do presidente e dos vice-presidentes do CAT, assim como dos conselheiros, titulares e suplentes, terão vigência no biênio que se inicia no período de 1º de março a 28 de fevereiro do segundo ano subsequente.

97. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021.

As Câmaras de Julgamento de recursos tributários constituem a última instância administrativa de julgamento, no Município de Fortaleza.

98. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021.

Parto ou adoção é um dos casos previstos na Lei Complementar nº 305, de 2021, como de suspensão do processo administrativo tributário.

Sendo a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa e vier adotar ou dar à luz a um filho, o processo será suspenso por 120 dias corridos, contado a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto ou de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente.

Quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai, o período de suspensão do processo será de 20 dias corridos, contado a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto ou de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente

99. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021.

A autoridade julgadora monocrática prolatou decisão com relatório, com os fundamentos e com a parte dispositiva, mas sem a ementa.

Nesse caso, pode-se afirmar que essa decisão será anulável.

100. Analise a assertiva a seguir acerca do Contencioso Administrativo Tributário - CAT, de acordo com a Lei Complementar nº 305, de 2021.

Carolina, cidadã de Fortaleza/CE, deseja ingressar com a defesa adequada contra decisão de julgador singular que indeferiu o seu pedido na impugnação.

Não sabendo como proceder, ela comparece ao atendimento ao público na Secretaria Municipal das Finanças de Fortaleza pedindo orientações.

Você, Auditor do Tesouro Municipal recém-empossado, acertadamente informa que a Carolina pode:

- i) ingressar com recurso voluntário;
- ii) que o recurso voluntário terá efeito suspensivo;
- iii) que o recurso voluntário será da competência das Câmaras de Julgamento;
- iv) que o recurso voluntário deverá ser interposto no prazo de 30 dias corridos, a contar da intimação da decisão recorrida;
- v) que o recurso voluntário deverá conter o nome e a qualificação do recorrente, a identificação do processo e o pedido de nova decisão, com os respectivos fundamentos de fato e de direito;
- vi) que será concedido o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da intimação, para que sejam apresentadas contrarrazões ao recurso voluntário interposto pela parte contrária;
- vii) que o juízo de admissibilidade preliminar do recurso voluntário compete ao presidente da Câmara de Julgamento por onde tramitar o processo;
- viii) que do despacho que não admitir o recurso voluntário, caberá um único pedido de reconsideração, a ser apresentado pelo recorrente;
- ix) que a admissibilidade do recurso voluntário deverá observar, entre outras determinações legais, as súmulas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- x) que o recurso voluntário admitido devolverá à Câmara de Julgamento o conhecimento da matéria de fato e de direito nele recorrida; e

xi) que enquanto não for julgado o recurso voluntário, a decisão de primeira instância não produzirá efeito na parte a ele relativa.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
